



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO -
2 CAMPUS DIADEMA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS,
3 QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
4 SÃO PAULO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2018

5
6 Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, nesta cidade de Diadema,
7 à Rua Sao Nicolau, 210, no Anfiteatro Unidade José Alencar reuniram-se os senhores
8 membros do Congregação - Campus Diadema - Instituto de Ciências Ambientais,
9 Químicas e Farmacêuticas da UNIFESP, sob a presidência de Prof. Dr. Joao Miguel de
10 Barros Alexandrino. Estiveram presentes os membros: Profa. Dra. Adriana Karla
11 Cardoso Amorim Reis (Professor Associado), Profa. Dra. Ana Valeria Santos de
12 Lourenco (Professor Adjunto), Sra. Bianca dos Santos Oliveira Mateo (Aluno de Pós-
13 graduação Stricto Sensu), Prof. Dr. Classius Ferreira da Silva (Coordenador da
14 Câmara de Extensão e Cultura), Sra. Cristiane Goncalves da Silva (Técnico
15 Administrativo em Educação), Profa. Dra. Cristiane Reis Martins (Chefe do
16 Departamento de Engenharia Quimica (deq)), Prof. Dr. Cristiano Feldens Schwertner
17 (Professor Adjunto), Profa. Dra. Cristina Rossi Nakayama (Professor Adjunto), Sr.
18 Daniel da Costa Silva (Técnico Administrativo em Educação), Prof. Dr. Dario Santos
19 Junior (Professor Associado), Profa. Dra. Eliana Maira Agostini Valle Akamatu
20 (Professor Adjunto), Profa. Dra. Erica Aparecida Souza Silva (Professor Adjunto),
21 Profa. Dra. Ileana Gabriela Sanchez de Rubio (Professor Adjunto), Sr. Joao Carlos
22 Alves Duarte (Técnico Administrativo em Educação), Prof. Dr. Joao Miguel de Barros
23 Alexandrino (Diretor Acadêmico do Campus Diadema), Profa. Dra. Karin Argenti
24 Simon (Coordenador da Câmara de Graduação), Profa. Dra. Katia Ribeiro (Professor
25 Adjunto), Prof. Dr. Leandro Augusto Calixto (Professor Adjunto), Prof. Dr. Leonardo
26 Jose Amaral de Siqueira (Professor Adjunto), Profa. Dra. Lilia Coronato Courrol (Chefe
27 do Departamento de Fisica (df)), Profa. Dra. Luciana Aparecida Farias (Vice-chefe de
28 Departamento (dca)), Profa. Dra. Luciana Chagas Caperuto (Chefe do Departamento
29 de Ciencias Biologicas (dcb)), Prof. Dr. Luciano de Figueiredo Borges (Professor
30 Adjunto), Prof. Dr. Luiz Elidio Gregorio (Chefe do Departamento de Ciencias
31 Farmaceuticas (dcf)), Sra. Maria Fernanda Salgado Santos Mattos Pereira (Técnico
32 Administrativo em Educação), Sr. Nathan Andre Luis Valesko Blaske (Técnico
33 Administrativo em Educação), Prof. Dr. Raphael Caio Tamborelli Garcia (Professor
34 Adjunto), Prof. Dr. Renato Marcone Jose de Souza (Vice Chefe de Departamento Dcet),





35 Sr. Rodrigo Blanques de Gusmao (Técnico Administrativo em Educação), Sra. Sandra
36 Maria de Souza Silva (Técnico Administrativo em Educação), Sra. Sinara Aparecida
37 Farago de Melo (Diretor Administrativo), Prof. Dr. Thiago Andre Moura Veiga (Chefe
38 do Departamento de Quimica (dq)), Profa. Dra. Virginia Berlanga Campos Junqueira
39 (Professor Titular), Prof. Dr. Willian Hermoso (Vice-diretor Acadêmico do Campus
40 Diadema). **Justificaram ausência:** Profa. Dra. Ana Luisa Vietti Bitencourt (Chefe do
41 Departamento de Ciencias Ambientais (dca)) que foi substituída por: Profa. Dra.
42 Luciana Aparecida Farias (Vice-chefe de Departamento (dca)), Profa. Dra. Patricia
43 Rosana Linardi (Chefe do Departamento de Ciencias Exatas e da Terra (dcet)) que foi
44 substituída por: Prof. Dr. Renato Marcone Jose de Souza (Vice Chefe de Departamento
45 Dcet), Prof. Dr. Wagner Luiz Batista (Chefe do Departamento de Ciencias
46 Farmaceuticas (dcf)) que foi substituído por: Prof. Dr. Luiz Elidio Gregorio (Vice-Chefe
47 do Departamento de Ciencias Farmaceuticas (dcf)). **Justificaram ausência e não
48 foram substituídos:** Profa. Dra. Ana Claudia Trocoli Torrecilhas (Professor Adjunto),
49 Profa. Dra. Carla Poleselli Bruniera (Professor Adjunto), Sr. Danilo Macedo Rocha
50 (Aluno de Graduação), Profa. Dra. Debora Cristina de Oliveira (Professor Adjunto),
51 Prof. Dr. Edson Aparecido Adriano (Chefe do Departamento de Ecologia e Biologia
52 Evolutiva (debe)), Prof. Dr. Giovano Candiani (Professor Adjunto), Profa. Dra. Isis
53 Machado Hueza (Professor Adjunto), Prof. Dr. Jose Ermirio Ferreira de Moraes
54 (Professor Associado), Profa. Dra. Karen Spadari Ferreira (Coordenador da Câmara de
55 Pós-graduação e Pesquisa), Profa. Dra. Katia Cristina Machado Pellegrino (Professor
56 Adjunto) Profa. Dra. Laura Oliveira Peres Philadelphí (Professor Associado), Profa.
57 Dra. Maria Beatriz Rossi Caruzo (Professor Adjunto), Prof. Dr. Nilson Antonio de
58 Assuncao (Professor Associado), Prof. Dr. Rogerio de Almeida Vieira (Professor
59 Adjunto), Profa. Dra. Suzete Maria Cerutti (Professor Associado), Profa. Dra. Vera
60 Lucia Flor Silveira (Professor Associado). **Não justificaram ausência:** Sra. Camila
61 Destro Colaco (Aluno de Pós-graduação Stricto Sensu), Sr. Claudio Gomes Salles
62 (Técnico Administrativo em Educação), Prof. Dr. Diogo Silva Pellosi (Professor
63 Adjunto), Sr. Giovanni Mieto Foltran (Técnico Administrativo em Educação), Profa. Dra.
64 Mariana Agostini de Moraes (Professor Adjunto), Sra. Marilia Mayumi Augusto dos
65 Santos (Aluno de Pós-graduação Stricto Sensu), Prof. Dr. Raul Bonne Hernandez
66 (Professor Adjunto). Tendo os senhores conselheiros, assinado a folha de frequência,
67 Prof. Dr. Joao Miguel de Barros Alexandrino iniciou a reunião e passou a palavra à Pró-
68 Reitora Adjunta de Planejamento, Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari, que





69 comentou a importância do PPI, por traçar as diretrizes pedagógicas e acadêmicas de
70 toda a Instituição e iniciou apresentação sobre Processo Participativo de elaboração
71 do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Unifesp. Disse que o momento instituinte
72 atual da Unifesp (pós-expansão) exigia um Projeto Pedagógico Institucional
73 correspondente que orientasse os projetos político-pedagógicos e demais iniciativas
74 acadêmicas; em seguida continuou tratando das motivações do projeto: formular um
75 PPI alinhado com a Visão de Universidade, Princípios e Diretrizes apresentados no PDI
76 2016-2020; construir de forma participativa e deliberativa o documento orientador da
77 política acadêmica da universidade. Apresentou a *metodologia*: realizar um processo
78 de construção coletiva de propostas com a comunidade universitária com encontros
79 presenciais e virtuais, com uso de aplicativo (AppCivist-Unifesp) que favoreça a edição
80 colaborativa, controle de versões e votações; construir um sistema progressivo de
81 formulações, revisões e deliberações que parte do nível da autoria individual, em
82 grupo, por temas, transitando da escala local (campus) para universitária (intercampi);
83 construir um processo de deliberação presencial e digital. Por deliberação entende-se
84 avaliação e debate que produzem um resultado, que ocorrerá desde a escala de
85 proposição dos autores (individuais ou em grupos), passando pela votação por toda a
86 comunidade universitária até chegar aos Conselhos Centrais para aprovação final.
87 Detalhamento das fases: *Fase preliminar*: nessa fase foi desenvolvido o planejamento e
88 desenho (julho 2017 a fevereiro 2018): início: Planejamentos estratégico e tático-
89 operacional. Resultado: Modelo e roteiro do projeto; perguntas prioritárias do PPI;
90 solicitação à FAPESP (RTI). Descrição: O Grupo de Planejamento e Coordenação do
91 PPI (Unifesp Social Apps Lab, UC Berkeley) desenvolveu o modelo do projeto, o
92 cronograma e o fluxo de trabalho. Solicitou financiamento à FAPESP (RTI). Contratou
93 James Holston, professor de Berkeley e diretor do Social Apps Lab, como professor
94 visitante na ProPlan. *Fase 1*: essa fase abrange o lançamento e elaboração de
95 propostas iniciais (Deliberação 1) (março a maio 2018). Início: Perguntas prioritárias
96 do PPI. Resultado: Ideias (T1) e Propostas Iniciais (T2) com comentários; Comitês
97 Editoriais Locais (CEL). Descrição: O Grupo de Planejamento e Coordenação do PPI
98 chama toda a comunidade universitária a desenvolver propostas para o PPI. A
99 chamada consiste em: distribuir um conjunto de perguntas prioritárias, lançar o site
100 AppCivist-Unifesp e convocar um Comitê Editorial Local (CEL) em cada unidade
101 universitária e na reitoria. Os participantes de cada CEL são sorteados (2 docentes, 2
102 estudantes bolsistas e 1 TAE - titulares e respectivos 1 suplentes). Explicou que





103 qualquer pessoa ou grupo de pessoas membros da comunidade universitária pode
104 apresentar uma Ideia (T1) ou uma Proposta Inicial (T2) em resposta à chamada para a
105 elaboração do PPI. A diferença entre T1 e T2 é determinada pelo formulário (a
106 proposta consiste em uma ideia com maior nível de elaboração). Nessa fase, o
107 conteúdo das Ideias e Propostas Iniciais é controlado por seus autores, apesar de ser
108 moderado pelos CELs para a identificação de conteúdo inapropriado (de acordo com
109 um Código de Conduta e Ética a ser estabelecido para esse processo). Os CELs
110 identificam Ideias e Propostas Iniciais por similaridade e convidam os autores para
111 trabalharem em conjunto, se quiserem. Para avançar no processo, as Ideias devem ser
112 formuladas como Propostas Iniciais para receber comentários públicos. Quando
113 autores determinam que sua Proposta Inicial está pronta para divulgação, eles a
114 publicam (no mais tardar até o final de abril). A partir da publicação, toda a
115 comunidade universitária pode fazer comentários e sugestões sobre a proposta para
116 que os autores a revisem. No entanto, a comunidade não pode alterar o conteúdo da
117 proposta. Somente os autores controlam o conteúdo das suas propostas e a
118 composição do grupo. Inicia-se a primeira fase de deliberação, neste momento, interna
119 a cada grupo de autores (Deliberação 1). A Deliberação pode gerar fusões e divisões
120 entre grupos e migração e ingresso de novos autores. Esta fase encerra-se em maio de
121 2018. O AppCivist registrará o histórico de alterações, versões, sugestões e
122 comentários, tornando o desenvolvimento das propostas transparente e público. Isso é
123 importante para a moderação dos CELs, inclusive a respeito de conteúdos
124 inapropriados. *Fase 2:* a fase contempla categorização, agrupamento de propostas e
125 formação de Grupos de Trabalho Temáticos (junho 2018). Início: Todas as Propostas
126 Iniciais (T2s) são revisadas pelos autores/ Comitês Editoriais Locais (CEL). Resultado:
127 Criação da Assembleia Editorial Intercampi (AEI); Grupos de Trabalho Temáticos
128 (GTTs) e conjuntos temáticos de Propostas Iniciais Descrição: O Grupo de
129 Planejamento e Coordenação do PPI convoca uma Assembleia Editorial Intercampi
130 (AEI), cujos participantes são sorteados entre os membros dos Comitês Editoriais
131 Locais. A AEI categoriza todas as Propostas Iniciais (T2s) de todos os campi em
132 conjuntos de acordo com temas. Cada conjunto de propostas gera um Grupo de
133 Trabalho Temático (GTT) intercampi, cujos membros iniciais são os autores daquelas
134 propostas. Os GTTs são anunciados publicamente no AppCivist-Unifesp e podem ser
135 pesquisados por filtros e palavras-chave. A AEI faz uma chamada para qualquer
136 membro da comunidade universitária se inscrever em qualquer GTT. Os GTTs são





137 abertos nesta e na próxima fase para admissão de novos membros interessados.
138 Também será feito sorteio de alguns participantes por GTT para atrair novas visões e
139 aumentar a probabilidade de variedade de questões de dissenso nas deliberações de
140 cada grupo. As regras para admissão e exclusão de membros serão definidas. Os GTTs
141 começam a desenvolver suas propostas temáticas a partir de agosto, iniciando a Fase
142 3. *Fase 3*: haverá desenvolvimento de propostas temáticas (Deliberação 2) - (agosto a
143 outubro de 2018) Início: Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs); Assembleia Editorial
144 Intercampi (AEI). Resultado: Propostas Temáticas (T3s) com Texto de Consenso e
145 Questões de Dissenso, organizadas em conjuntos. Descrição: Cada GTT identifica
146 tópicos em comum entre as Propostas Iniciais. Por exemplo, dentro do GTT sobre o
147 tema de questões raciais, membros podem identificar um tópico sobre a criação de um
148 instituto de estudos raciais, e outro tópico sobre o uso de cotas raciais na admissão de
149 estudantes. A Assembleia Editorial Intercampi (AEI) também pode sugerir tópicos.
150 Cada tópico requer um certo número de apoiadores internos ao GTT (no mínimo 5)
151 para se tornar uma Proposta Temática (T3). Os GTTs terão um limite de propostas
152 temáticas definido pela AEI que estimulará a depuração e a síntese. Por deliberação
153 interna a cada grupo, os apoiadores de uma Proposta Temática (T3) tentam
154 desenvolver um Texto de Consenso (TC). Todos os apoiadores devem concordar com o
155 texto. Há dois possíveis resultados: (1) Se eles chegam a concordar, suas
156 discordâncias pontuais (que não impedem o consenso) se tornam Questões de
157 Dissenso (QDs) associadas com o Texto de Consenso; (2) Se os apoiadores não
158 conseguem concordar unanimemente em nenhum Texto de Consenso, eles se dividem
159 em grupos independentes (com no mínimo 5 apoiadores) que desenvolvem cada um o
160 seu Texto de Consenso e as suas Questões de Dissenso. Portanto, Propostas Temáticas
161 são independentes entre si. Questões de Dissenso (QDs) requerem um certo número
162 de apoiadores (no mínimo 2). Cada Questão de Dissenso consiste em uma pergunta
163 com opções alternativas. Opções podem ser adicionadas à questão desde que tenha, no
164 mínimo, 2 apoiadores. Portanto, cada Proposta Temática (T3) consiste em um Texto de
165 Consenso e uma lista de Questões de Dissenso. Cada Questão de Dissenso tem pelo
166 menos duas opções alternativas. Cada opção é uma emenda ao Texto de Consenso, e
167 na próxima fase estas emendas serão deliberadas e votadas, pois competem entre si.
168 Grupos de Trabalho Temáticos desenvolvem Propostas Temáticas usando o aplicativo
169 digital PeerDoc que está integrado no AppCivist. Cada documento no PeerDoc consiste
170 em um Texto de Consenso e uma lista de Questões de Dissenso com Opções





171 alternativas (emendas). Cada opção consiste em uma cópia do Texto de Consenso com
172 a emenda inserida e destacada, permitindo que qualquer pessoa veja exatamente como
173 o texto da Proposta Temática mudará se a opção for aprovada. Cada GTT requer a
174 assessoria de um facilitador designado pelo AEI. O facilitador ajudará o GTT a
175 escrever o Texto de Consenso, estruturar a lista de Questões de Dissenso com opções
176 alternativas, coordenar reuniões presenciais e treinar membros a usar o PeerDoc. Os
177 facilitadores também providenciarão assessoria técnica sobre a legalidade, viabilidade,
178 custo e outras questões pertinentes. Os GTT considerarão as recomendações da
179 assessoria técnica na revisão de suas propostas. O resultado da Fase 4 será um
180 conjunto de Propostas Temáticas, cada um com um Texto de Consenso, uma lista de
181 Questões de Dissenso e um parecer da assessoria técnica. Estes documentos são
182 tornados público no AppCivist no modo “apenas leitura” e poderão ser acessados,
183 pesquisados e comentados (mas não editados) por toda a comunidade universitária.
184 Após um período para comentários, os GTTs podem fazer revisões finais. A totalidade
185 desses documentos finais, cada um com um histórico de deliberação, constitui todas as
186 interações possíveis do Documento PPI. *Fase 4: Votação de Propostas (Deliberação 3)*
187 (outubro a dezembro de 2018). Início: Todos os conjuntos de Propostas Temáticas
188 (T3s). Resultados: Lista de Propostas Temáticas (T3s) aprovadas com resolução de
189 Questões de Dissenso. Descrição: A comunidade universitária é chamada para
190 deliberar sobre cada Proposta Temática. Os detalhes do sistema de votação ainda
191 serão definidos. Os métodos de deliberação irão envolver processos digitais e
192 presenciais. A votação é um processo com dois passos, cada um envolvendo
193 deliberação: Passo 1: A comunidade universitária decide quais Textos de Consenso
194 aprovar dentro do conjunto de Propostas Temáticas que constitui o Tema. Passo 2: Nos
195 Textos de Consenso aprovados, a comunidade universitária decide qual opção
196 alternativa aprovar para cada Questão de Dissenso, ratificando o texto final emendado
197 de cada proposta. O AppCivist registrará todos os votos por número de registro
198 (acadêmico ou funcional) permitindo mapeamento estatístico dos votos por diferentes
199 segmentos, locais, etc. e do nível de apoio por proposta. Desta forma, fornecerá um
200 arquivo acessível a toda a comunidade com o mapeamento dos campos de interesse
201 relacionados a cada item do texto do PPI, assegurando a transparência do processo.
202 *Fase 5 : Compilação do Documento para os Conselhos (janeiro e fevereiro 2019).*
203 Início: Propostas Temáticas (T3s) aprovadas. Resultado: Documento PPI. Descrição:
204 Com base na deliberação e votação finais na Fase 4, o PeerDoc compila as Propostas





205 Temáticas aprovadas, produzindo um único documento PPI. Se o PeerDoc identificar
206 conflitos de fusão, que devem ser meramente editoriais (por exemplo, as emendas de
207 duas opções alternativas aprovadas editam o mesmo parágrafo), a Assembleia
208 Editorial Intercampi os resolve. *Fase 6: Aprovação nos Conselhos Centrais*
209 (Deliberação 4) (março a maio de 2019). O documento PPI resultante é submetido aos
210 Conselhos Centrais e ao Consu para aprovação final e validação. Após a apresentação
211 Profa. Dra. Cristina Nakayama perguntou como se daria a formação dos comitês.
212 Profa. Dra. Cláudia esclareceu que as instruções seriam enviadas e que a inscrições
213 estariam abertas de 03 de abril a 12 de abril para TAEs e Docentes. Para alunos,
214 informou que será aberto edital pois haverá bolsas. Se houver técnicos e docentes a
215 mais, sugeriu um sorteio. Prof. João Alexandrino solicitou aos presentes que
216 conversassem com suas respectivas categorias acerca do Comitê Editorial. Profa. Dra.
217 Claudia finalizou reforçando a importância do processo, por ser
218 participativo/democrático, podendo servir de modelo para outras instituições. Em
219 seguida, passou a palavra ao Prof. Dr. Pedro Arantes que iniciou apresentação sobre
220 Fontes Complementares para Investimento em Infraestrutura, comentando a queda
221 drástica no recebimento de recursos de investimentos. Apresentou ações realizadas
222 para retomada do investimento público na Unifesp, elencando-as: presença contínua
223 da reitoria em Brasília e apresentação fundamentada das demandas, mobilização da
224 Unifesp na Andifes e ForPlad, disputa na PLOA 2018 (MEC centralizou 80% do
225 orçamento de capital e houve troca de rubricas), respostas aos ataques da mídia sobre
226 custo/aluno, contato com a Frente de Parlamentares em defesa das Universidades
227 Públicas e GT de Obras e Investimentos do ForPlad. Prof. Dr. Pedro Arantes comentou
228 que nas demandas fundamentadas apresentadas, o Campus Diadema constava como
229 prioridade. Apresentou ações para redução de impactos e de riscos: adiamento de
230 licitações de novas obras (21 projetos executivos prontos para licitar estão aguardando
231 oportunidade), cortes, faseamento e alargamento de cronogramas em projetos e obras,
232 manutenção de todos os contratos ativos, mesmo reduzindo ritmo (Unifesp é uma das
233 poucas IFES sem obras paradas), uso de emendas parlamentares e busca de novas
234 fontes de recursos e novos parceiros, poucas reformas autorizadas foram de baixo
235 custo para atender situações de risco aos usuários, acessibilidade e bombeiros, apoio à
236 manutenção dos campi (eficiência com menor custo). Apresentou frentes
237 Complementares estudadas pelo Grupo de Trabalho: Lei Rouanet e incentivos fiscais,
238 Parceria Pública (com Ministérios Públicos), Parceria Público-Privada (Investidores),





239 doações e heranças, venda de patrimônio próprio em parceria com Secretaria de
240 Patrimônio da União, concessão de estacionamentos. Relativamente à Lei Rouanet,
241 esclareceu ser dirigida para patrimônio histórico, edifícios culturais como Teatros e
242 Bibliotecas. Apresentou o fluxo: 1- Inscrição do projeto cultural, 2- avaliação técnica
243 pelo Ministério da Cultura (MinC), 3- Autorização de captação, 4- Escolha dos
244 patrocinadores sobre em qual projeto investir, 5- abatimento no imposto de renda do
245 valor investido. Prof. Dr. Pedro Arantes esclareceu que a Unifesp não pode ser
246 proponente porque o MinC exige conta exclusiva (fora da conta única) e há restrição
247 de limite orçamentário com captação de recursos próprios. As Universidades que já
248 captaram recursos fizeram via suas Fundações, sendo que, na Unifesp seria, a FAP.
249 Apresentou projetos inscritos e projetos em preparação, estando o projeto da
250 Biblioteca e do Teatro do campus Diadema em fase final, prontos para cadastramento
251 da proposta. Informou que Unifesp poderá alcançar até R\$ 60 milhões em arrecadação
252 simultâneas via Lei Rouanet e que cada campus deverá estabelecer grupo de captação.
253 Em seguida, esclareceu parceria com Ministério Público que possibilitará acesso a
254 recursos de TACs (Termo de Ajuste de Conduta). Os resultados esperados desta
255 parceria serão: Para a Unifesp - Contribuição para o ensino, pesquisa, extensão e
256 desenvolvimento institucional, recursos para custeio e investimento via projetos. Ainda
257 sobre a parceria com o MP destacou que haverá convênios específicos: MP, Unifesp,
258 FapUnifesp e que cada convênio irá produzir um edital a grupos de pesquisa
259 interessados e aptos a atender seus pré-requisitos. Necessitará de equipes
260 interdisciplinares e intercampi, fortalecendo a convergência. Sobre Parceria Público-
261 Privada, citou as leis que tratam do assunto (Constituição Federal/88 Art. 175; Lei
262 Federal Nº. 8.987 / 1995 e Lei Federal Nº. 11.079 / 2004), exemplificou o assunto
263 citando parcerias estudadas para o campus São Paulo. Esclareceu que a Unifesp não
264 pode receber diretamente doação em dinheiro, devendo ser criado fundo específico,
265 que pode ser via FAP. Informou que estava sendo elaborada pela Câmara Técnica de
266 Patrimônio uma normativa interna para regulamentação da doação de bens. Sobre
267 auxílio via Secretaria de Patrimonio da União em estudo, esclareceu que MEC fez
268 proposta à Unifesp da possibilidade de realizar a alienação de imóveis por intermédio
269 da Secretaria do Patrimônio da União, que possui autorização pela Lei nº 13.240/2015
270 a realizar processo simplificado de venda. Outra possibilidade apresentada foi a
271 concessão administrativa de uso de bem público, de forma onerosa, de espaço Físico
272 destinado à implantação e exploração dos estacionamentos , gerando possibilidade do





273 valor da permissão remunerada global ser investido em obras/serviços não alterando o
274 orçamento da Unifesp. Utilizou como exemplo o campus São Paulo que possui nove
275 estacionamentos, totalizando quinhentas vagas, gerando uma estimativa de retorno,
276 com base em outros estacionamentos da região, de R\$ 1,9 milhão por ano. Comentou
277 que o ônus desta proposta é convencer os que têm uso gratuito a pagar mensalidade
278 ou diária. Finalizou sua apresentação informando os passos subsequentes a esta visita
279 da Pró-Reitoria de Planejamento nos campi: cada campus deverá criar um GT para
280 parcerias e captação (o modelo de designação por portaria será fornecido), os GTs
281 terão de prestar contas às respectivas Congregações e trabalharão tecnicamente em
282 conjunto com a ProPlan, a ProAdm e a FAP. Experiências bem sucedidas serão
283 divulgadas à comunidade acadêmica pelo site da ProPlan e informativos Unifesp. Em
284 seguida o engenheiro Carlos Meireles, Fiscal da obra, apresentou informes sobre o
285 andamento das obras do Edifício de Acesso. Comentou a complexidade da obra,
286 implicando mudança no modelo de fundação. Informou que a cada etapa é necessária
287 aprovação da CETESB. Em seguida apresentou resumo dos serviços em execução:
288 execução de concretagem do solo grampeado (ladoAPA); execução de parede de
289 contenção protendida com estacas metálicas, aguardando concretagem ; execução de
290 concretagem de parede de contenção com brocas e movimentação e remoção de
291 botafora. Prof. Dr. Pedro Arantes comentou que a primeira fase era a de maior
292 lentidão por motivos técnicos. Relativamente ao Bloco Norte disse que a maior
293 preocupação era a fonte de recursos. Profa. Dra. Cristina Nakayama interrogou se
294 haveria apoio ao Grupo de Trabalho que trabalhará visando fontes complementares de
295 recursos, ao que o Prof. Dr. Pedro Arantes informou que existirá consultoria a este GT.
296 Prof. Dr. João Alexandrino comentou estar, juntamente com Prof. Dr. Willian,
297 participando de um Grupo de Trabalho junto à CIESP e que atualmente existe um GT
298 de Inovação da prefeitura do qual a Unifesp também participará, o que será
299 importante para que o campus seja um agente multiplicador na Educação e na
300 Capacitação. Disse que tem sugerido projetos como o da Rede de Bioativos e o do
301 Atlas Ambiental para este GT. Ocorrerá, em 27 de abril, uma reunião do GT de
302 Inovação com a prefeitura no campus Diadema. Disse que vinha conversando com a
303 FAP sobre o assunto e que considerava importante a existência de uma agência de
304 Inovação na Universidade. Reforçou a importância da reunião do dia 27 de abril, haja
305 vista que Diadema não possuía agentes interessados em investir. Solicitou às Câmaras
306 de Pós-Graduação e Pesquisa, e de Extensão que preparassem apresentações breves e





307 objetivas para esta reunião, visando a busca de apoiadores. Profa. Dra. Ileana
308 perguntou ao Pró-Reitor se, dado o grande Parque de Equipamentos existente, não
309 havia previsão de oferta de prestação de serviços. Prof. Dr. Pedro Arantes respondeu
310 que era necessário haver conversas com a FAP sobre o assunto. Prof. Dr. João
311 Alexandrino comentou sobre o despreparo da Universidade, citando ter havido perda
312 de convênios com empresas por esse motivo. Informou que os diretores terão uma
313 reunião para propor a existência de uma Agência e Inovação visando a projeção da
314 Unifesp. Disse haver pouco interesse da Universidade acerca desta visão estratégica.
315 Comentou que pretendia programar uma reunião no campus com a Pró-Reitoria para
316 tratar de fluxos para projetos/convênios e que entendia haver a necessidade de um
317 escritório para tratar desse assunto de forma profissional. Profa. Dra. Adriana Karla
318 interrogou se a planilha com valores de obras apresentada pela Pró-Reitoria referia-se
319 a recurso do Governo ou de outras fontes. Prof. Dr. Pedro Anrantes comentou que
320 eram solicitações de recursos ao MEC (Recurso Federal), em que foi apresentada uma
321 tabela objetiva, sendo que para o campus, metade do valor global estava empenhado e
322 a Reitoria estava solicitando ao MEC liberação de outra parte do recurso. Informou
323 que a previsão da construção era para o meio do ano de 2019 se for recebido o
324 recurso. Profa. Dra. Katia questionou sobre porcentagem dos recursos captados que a
325 FAP recebe. Prof. Dr. Pedro Arantes explicou que a FAP irá remunerar o serviço de
326 captação sendo que, no caso de uso da Lei Rouanet, pagará os serviços do consultor e,
327 em relação à obra, pagará uma fiscalização que complementarmente será também
328 paga pela Univerisade, logo não haverá uma porcentagem fixa a ser destinada à FAP.
329 Profa. Dra. Katia complementou que embora a FAP tenha melhorado, ainda era
330 deficitária no suporte à Universidade e que entendia que a FAP recebia para prestar
331 esse auxílio. Profa. Dra. Cristina Nakayama interrogou sobre a consultoria para uso da
332 Lei Rouanet. Prof. Dr. Pedro Arantes comentou que, no momento, não havia consultor
333 na Universidade que pudesse tratar da Lei Rouanet, mas que primeiramente teria de
334 ser iniciado o processo em relação ao uso da Lei Rouanet em Universidades. Prof. Dr.
335 João Alexandrino comentou que não havia perspectiva de construção além do Edifício
336 de Acesso e que na próxima Congregação seriam apresentadas prioridades e que era
337 necessário investimento na manutenção do que o campus já possuía. Comentou não ter
338 ocorrido o planejamento de ocupação do edifício didático para verificação sobre a
339 possibilidade de prescindir da Unidade Antonio Doll e que era necessário fazer este
340 planejamento neste ano. Sobre o Morungaba, comentou que o campus não possuía





341 capacidade de gerir o Morungaba e que havia duas alternativas: a) desfazimento do
342 patrimônio, sendo este um processo complexo. b) parceria com a prefeitura:
343 esclareceu que o município possuía demanda por este terreno via Secretaria de Meio
344 Ambiente para a criação de um parque ecológico que ficaria sob gestão da prefeitura,
345 mas com um polo da Unifesp para pesquisa e extensão museológica. Disse que neste
346 caso a Unifesp não iria gerir e tampouco construir. Perguntou à Congregação se
347 autorizava a negociação dessa ideia com a prefeitura. Prof. Dr. João Alexandrino
348 convidou a todos à revisitação do Plano Diretor . Prof. Dr. Pedro Arantes
349 complementou que a cada 5 anos havia a reavaliação do Plano de Desenvolvimento.
350 Disse que havia um planejamento, mas que a situação do país implicou ataque ao
351 desenvolvimento das Universidades. Sobre a Unidade Doll, comentou da necessidade
352 de haver um esforço para deixá-la. Relativamente ao Morungaba comentou que um
353 desfazimento seria complexo e moroso. Disse que outra alternativa seria uma troca de
354 áreas, que se iniciaria com uma troca de cessões. Encerrou sua participação sugerindo
355 uma organização para a revisão do Plano Diretor. Prof. Dr. João Alexandrino reiterou
356 pergunta sobre a aprovação da congregação para o início do desenvolvimento dessa
357 ideia de parceria referente ao Morungaba junto à prefeitura. Disse que, se fosse o
358 caso, a ideia poderia ser apresentada na reunião com o GT de Inovação da Prefeitura
359 que ocorrerá no dia 27/04. A congregação não se opôs à proposta. Nada mais havendo
360 a tratar, para constar, eu, Debora Fernanda Correa Roggiero, secretária, lavrei a
361 presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e pelo Srº Presidente.

362

363

364

365

Prof. Dr. Joao Miguel de Barros Alexandrino
Diretor Acadêmico do Campus Diadema

366

367 Presidente da Congregação - Campus Diadema - Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e
Farmacêuticas

368

369

370

371

372

Debora Fernanda Correa Roggiero

373

Secretária da Congregação - Campus Diadema - Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e
Farmacêuticas

374

